

A RELAÇÃO ESTADO-FAMÍLIA-SOCIEDADE NO PLANEJAMENTO DA BNCC

Carlos Nazareno Ferreira Borges; UFPA¹

Lucila Silva da Silva; UFPA²

Jonas Gomes Pinheiro; UFPA³

Alexsandro dos Santos Lopes; UFPA⁴

RESUMO

Este trabalho busca destacar o grau de coparticipação entre estado, família e sociedade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para tanto, realizamos uma pesquisa documental e entrevistas online. Os resultados indicam que não houve participação das famílias, dos professores e da sociedade na escola investigada. Assim, concluímos que o modelo de elaboração adotado pelo MEC privilegiou especialistas em detrimento de um diálogo com as comunidades educacionais escolares.

PALAVRAS-CHAVE: BNCC; Educação; Planejamento.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se insere no campo da educação estabelecendo diálogo entre Estado, família e sociedade na proposição do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Segundo o Art. 205 da Constituição Federal do Brasil (CFB), é dever do Estado, da família e da sociedade a garantia do direito à educação básica. Isso é ratificado no texto da BNCC que o torna como um dos principais marcos legais para a sua proposição.

A BNCC se apresenta como um instrumento interessado na redução das desigualdades e na oferta do ensino em todo o território. Acreditamos que isso esteja contemplado pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Isso trata especificamente do ensino infantil e fundamental, e é nosso foco de atenção, neste estudo, abordar uma problemática interessante que se relaciona ao direito de educação. Mas, será esse instrumento, a BNCC, uma ferramenta construída, operada e avaliada por segmentos do Estado, da família e da sociedade, uma vez que pretende resolver problemas cujos enfrentamentos e soluções são de responsabilidade comum? Mediante essa questão, esta pesquisa tem como objetivo geral descobrir quais as dimensões de coparticipação entre Estado, família e sociedade na proposição do documento da BNCC, e tem como objetivos específicos: a. compreender o processo de planejamento da BNCC; e b. compreender os significados que o documento final

¹ Doutor em Educação, Universidade Federal do Pará.

² Licenciada em Educação Física, Universidade Federal do Pará.

³ Licenciado em Educação Física, Universidade Federal do Pará.

⁴ Licenciado em Educação Física, Universidade Federal do Pará.

da BNCC atribui à responsabilidade comum entre Estado, família e sociedade quando se refere à educação.

MÉTODO

Quanto à caracterização, o plano de trabalho que ora se apresenta pode ser caracterizado como qualitativo na forma apresentada por Richardson (2010). Também foram alcançadas as dimensões exploratória, descritiva e explicativa. No projeto de pesquisa ao qual o plano se vincula, privilegiamos o Modelo Teórico dos Campos Semânticos (MTCS), proposto por Lins (2012), destacando que a opção por esse modelo se deu em razão da intenção de desvendar significados nos dados que foram recolhidos, dados esses que recolhemos tanto em documentos quanto em trabalho de campo. O estudo de campo, realizado por meios virtuais, ocorreu em uma escola pública do município de Ananindeua, do estado do Pará. O critério de seleção das escolas foi o sorteio, e a ampliação de amostras não foi possível por conta da pandemia da Covid-19. No que diz respeito aos procedimentos de pesquisa, estes tiveram caráter misto. O material empírico constou de análise documental e transcrição de entrevistas individualizadas. A análise documental seguiu as orientações de Richardson (2010) e as transcrições foram analisadas segundo as técnicas de análise de conteúdo propostas por Bardin (2011). O documento privilegiado foi a BNCC. Quanto às entrevistas, foram realizadas com uma gestora escolar e com uma amostra de 10% dos professores que compunham o corpo docente, considerando os diferentes níveis de ensino na escola (fundamental – anos iniciais e finais; e a Educação de Jovens e Adultos – EJA). As entrevistas foram gravadas e transcritas e os dados foram analisados conforme os modelos de análise já mencionados.

RESULTADOS

A educação é uma das áreas mais essenciais para o desenvolvimento de um indivíduo. No Brasil, o Estado tem a obrigação de oferecer educação formal para todas as crianças e adolescentes. O Art. 2º da LDB, o qual, assim como a CFB, afirma o dever para com a educação, compartilhado entre o Estado, a família e a sociedade. Mas, assim como a família, a escola também é um dos principais pontos de sustentação do indivíduo, pois para que o indivíduo tenha consciência, ele precisa ser capaz de dominar os conhecimentos existentes na sociedade da qual ele faz parte. Por isso, Sousa e José Filho (2008, p. 8) afirmam que: “A escola se constitui num pólo de referência e ampliação de uma identificação com a família para uma identificação mais geral com o grupo social externo, ou seja, na construção da

identidade do ser social”. Porém, pelo resultado das entrevistas vimos que isso não se deu na prática, pois as famílias ficaram de fora do processo de elaboração da BNCC, o que pode ter prejudicado não só a qualidade do documento, como deve estar não colaborando para o processo de implementação. A sociedade também é participante do processo e, nesse caso, podemos considerá-la representada pelo conselho escolar. No entanto, como o conselho da escola não está em pleno funcionamento, também o envolvimento da sociedade está comprometido. Infelizmente o caso da escola que contribuiu para nosso estudo não se trata de um caso isolado. Há estudos, como os de Delgado (2015), apontando a ausência de gestão democrática nas escolas por conta do funcionamento precário ou inexistente dos conselhos e, portanto, excluindo a sociedade da gestão escolar.

Sobre a participação docente no planejamento da BNCC, na forma como encontramos em documentos oficiais, não houve confirmação pelo relatado nas entrevistas com nossos colaboradores. Os professores entrevistados afirmam não terem participado do processo de planejamento, e que o que lhes foi apresentado foi uma BNCC já pronta para ser implementada, o que só reforça as críticas que a BNCC vem sofrendo ao longo desses anos. A maioria das críticas, entre as quais estão as de autores encontrados em Aguiar e Dourado (2018), e Uchoa e Sena (2019), afirmam que o modelo de elaboração da BNCC adotado pelo MEC privilegiou especialistas em detrimento de um diálogo com as comunidades educacionais escolares. Segundo os estudos mencionados, a maneira de elaboração desenvolvida não é adequada e está muito distante do que se esperava, pois apresenta na sua formulação um viés doutrinário que negligencia à pluralidade e falha em dar notoriedade para a especificidade local, o que pode prejudicar de diversas maneiras o processo de educação. Os mesmos estudos afirmam ainda que a BNCC utiliza uma metodologia de construção linear e centralizadora de tomada de decisões, prejudicando o pluralismo, negligenciando a cultura local e não valorizando discentes e docentes. O rompimento com as diretrizes legais que asseguram o currículo articulado aos saberes tradicionais de indígenas, quilombolas, trabalhadores jovens e adultos fez com que diversos pesquisadores da área da educação, também mencionados por Aguiar e Dourado (2018), e Uchoa e Sena (2019), tivessem posicionamento crítico à forma como a BNCC vem sendo pensada atualmente e de como querem sua implementação. O Brasil, como reconhece o texto da BNCC, é um país de amplas dimensões territoriais e culturais e, por essa condição, Sena (2019) destaca que devemos nos colocar em alerta sobre um dos elementos mais tensos do documento, a proposta de homogeneização do currículo. Segundo a autora, é importante salientar que igualdade de

acesso e oportunidade não é sinônima de homogeneização curricular. Assim, Sena (2019, p. 20) explicita muito bem que:

Um currículo igual para todos é uma proposta no mínimo desrespeitosa, mas, é também contra democrática. Fere a autonomia das redes de ensino, Relatório Final de Bolsa de Iniciação Científica dos professores e de todos que fazem a escola. A homogeneização desrespeita as distintas matrizes étnicas do povo brasileiro, inclusive, suas conquistas, no âmbito da legislação educacional, as quais parecem não ter valor na BNCC. Um currículo igual para todos, passa por cima das diferenças regionais e culturais e torna o processo escolar restrito aos saberes.

Um dos grandes pontos de importância nos debates que surgiram quanto à forma de elaboração da BNCC e seu planejamento foram as sugestões que previam a inclusão de temáticas voltadas para comunidades indígenas, quilombolas e afrodescendentes, assim como questões voltadas para a parte de computação e tecnologia. De acordo com Sena (2019), questões como as apontadas acima são relevantes para todo o processo e não poderiam ter um plano de participação tão limitado. Segundo a autora, um currículo nesse formato enfraquece a democracia, não forma para a crítica, para o engajamento social, para superação das desigualdades. Lima (2019) corrobora o argumento acima ao afirmar que os sistemas educacionais escolares e seus currículos têm um papel crucial na reprodução social e na práxis operativa da sociedade. A autora diz que essa pluralidade não se encontra no grande número de pessoas que trabalha direta ou indiretamente na elaboração do resultado, mas na participação de diferentes correntes do pensamento científico. A mesma autora continua afirmando que isso não aconteceu de fato, e as diversas trocas prejudicaram a qualidade do documento. Em uma análise mais cuidadosa da BNCC, sobretudo de entrevistas e peças comunicativas produzidas pelo MEC e seus apoiadores, amplamente divulgadas nos meios de comunicação, Sena (2019) destaca duas intenções que, por não estarem devidamente escritas no texto, devem ser observadas e aprofundadas com urgência por todos. A primeira refere-se à tentativa de retirar a dimensão política da educação e colocá-la como terreno neutro. Afinal, sabe-se que é a dimensão política do ato educativo que dá chão às práticas formativas, de modo que o currículo e os demais processos que se dão no cotidiano das instituições escolares não se percam no discurso fantasioso da ausência de intencionalidades. A outra, e essa é uma das principais críticas feitas ao documento da BNCC, é a concepção ultrapassada de delimitar o currículo e seus componentes pela separação entre as matérias ou disciplinas que o compõem. Segundo a autora supra mencionada, isso perdeu fôlego no decorrer dos anos, pois de modo geral, sabe-se que o currículo escolar abrange toda a prática educativa e suas funções

socioculturais, e é preciso que tudo isso seja respeitado no documento da BNCC. Como mostraram as críticas, o não envolvimento da participação docente compromete a implementação e, por conseguinte, compromete a suposta melhoria do processo educacional.

CONCLUSÃO

O modelo de elaboração da BNCC adotado pelo MEC privilegiou especialistas em detrimento de um diálogo com as comunidades educacionais escolares. O não envolvimento da participação dos docentes, da família e da sociedade compromete a implementação e, por conseguinte, compromete a suposta melhoria do processo educacional.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L. F. (Organização). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018.

ANGELO, C. L. et al. (Organizadores). **Modelo dos campos semânticos e educação matemática: 20 anos de História**. São Paulo: midiograf, 201.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011 .

BELLONI, M, H; SOUZA, L. C. **Metodologia da avaliação em políticas públicas**. Tradução de Floriano de Souza Fernando.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>

CARVALHO. M.P. **Relações entre família e escola e suas implicações de gênero**. Cadernos de Pesquisa, nº 110, julho/ 2000.

CENSO ESCOLAR BRASILEIRO DE 2019.: IBGE, 2019. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E Relatório Final de Bolsa de Iniciação Científica ESTATÍSTICA (IBGE).

DELGADO, G O. **Conselhos escolares e gestão democrática do ensino público: Análise da implementação e do papel do conselho escolar em uma escola técnica estadual de ensino médio em Campos dos Goytacazes/RJ**. (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais. Universidade do Norte Fluminense. Campos de Goytacazes/RJ, UENF, 2015.

GUZZO, R. S. L. (1990). **A família e a educação: uma perspectiva da integração família-escola**. Estudos de Psicologia (Campinas), 7 (1), 134-139.

LEI N. 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.** Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun.

LIMA, A M **Educação, ideologia e reprodução social: notas críticas sobre os fundamentos sociais da Base Nacional Comum Curricular - BNCC1** In: UCHOA, A M; SENA, I P F S (ORGS).

LINS, R. C. **O Modelo dos Campos Semânticos: estabelecimentos e notas de teorizações.** IN: NOGUEIRA. M. A. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação & Realidade**, vol. 31, núm. 2, julho/dezembro, 2006, pp. 155-169.

OLIVEIRA, J F. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da educação superior.**

RESENDE. T.F; SILVA. G. F. A relação família escola na legislação educacional brasileira (1988- 2014). **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.24, n. 90, p. 30-58, jan./mar. 2016.

RIBEIRO, D F; ANDRADE, A S. **A Assimetria na relação entre família e escola pública.** Paidéia, 2006, 16(35), 385-394.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social, métodos e técnicas.** São Paulo: Editora Atlas, 2010.

SETTON. M.J. Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.1, p. 107-116, jan./jun. 2002.

SOUSA, A P de; JOSÉ FILHO, M. A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional. **Revista Ibero-americana de Educación.** n.º 44/7 – 10 de enero de 2008.

UCHOA, A M C; SENA, I P F S (ORGS). **Diálogos Críticos: BNCC, Educação, Crise e Luta de Classes em Pauta.** Org: Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

VIANA, C P. **O sexo e o gênero da docência.** cadernos pagu (17/18) 2001/02: pp.81- 103. Legislação.